

**“Inspirados em Mao”: imprensa, memória e conflitos sociais rurais no Brasil (1950-1958).**

JAYME FERNANDES RIBEIRO.\*

O Partido Comunista do Brasil, no final da década de 1940 e no início da década de 1950, revisou sua política anterior (“União Nacional”), fazendo diversas críticas, e inaugurou uma nova orientação política, consolidando-a num documento chamado *Manifesto de Agosto*, em 1950. A partir daquele momento, o partido deveria se preparar para a tomada do poder pela via das armas, realizando um intenso trabalho de mobilização da sociedade. De acordo com a nova linha política, o elemento camponês voltava a ser o aliado principal do proletariado na luta pela revolução. O PCB passou a dar especial atenção para a necessidade de organização dos trabalhadores rurais e dos camponeses, visando realizar a primeira etapa da revolução brasileira.

O objetivo do trabalho é analisar o papel da imprensa comunista na construção de uma memória do PCB ligada aos movimentos sociais rurais do país, enfatizando, naquele período de sua trajetória política, a influência do pensamento maoista e da revolução chinesa. Além disso, o trabalho visa demonstrar como os jornais da grande imprensa veiculavam notícias a respeito dos movimentos sociais organizados e/ou apoiados pelo PCB, durante os anos de 1950.

***O partido e a “realidade brasileira”***

Ao longo da história do Partido Comunista do Brasil, as análises sobre o país e as instituições que dele faziam parte sempre foram alvos de preocupação. O PCB procurou, durante toda a sua vida política, compreender a sociedade, a política e a economia brasileiras. As linhas políticas do partido sempre apresentavam a sua visão de mundo e, sobretudo, a sua visão de Brasil. O horizonte era a revolução. Mas, qual revolução? Quais as táticas e as estratégias possíveis para viabilizar a transformação da sociedade brasileira? Quais seriam seus agentes históricos? Dependendo das circunstâncias, alianças ou não? Todas essas

---

\* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

questões estavam subordinadas ao que o PCB acreditava ser a “realidade brasileira”. As suas linhas políticas e propostas de ações concretas – revolucionárias ou reformistas – giravam em torno do que o partido pensava ser o Brasil – de acordo com a conjuntura histórica –, no que concerne, sobretudo, às instituições políticas e econômicas.

A realidade brasileira daquele momento histórico, segundo a direção do PCB, era o da transformação social pela via das armas. Em 1950, Luis Carlos Prestes consolidou a linha revolucionária, elaborando o *Manifesto de Agosto*. A partir daquele momento, o PCB passou a organizar a sua militância e mobilizar a sociedade para a tomada do poder pela via das armas. Importa ressaltar que, no Brasil, as forças políticas conservadoras saíram vitoriosas, no pós-1945. O governo Dutra autorizou a perseguição política e policial ao PCB. Nos sindicatos, onde havia lideranças combativas ou simplesmente questionadoras das atitudes do governo, o Ministério do Trabalho interveio. Diversas entidades, que eram controladas por comunistas ou que tinham sua presença declarada, foram fechadas. Em 1947, o registro eleitoral do PCB foi cassado, e, em 1948, foi a vez da cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos.

Diante de um quadro interno de perseguição ao partido e aos comunistas e de um quadro internacional de hostilidades mútuas entre EUA (capitalistas) e URSS (comunistas) – a Guerra Fria –, os dirigentes do partido apostaram numa linha política de radicalidade, de luta armada.

A proposta radical visava transformar o Brasil num país de governo “democrático-popular”, fazendo cumprir a primeira etapa da revolução brasileira. A meta era o horizonte socialista. O caminho desenvolvido pela China animava os comunistas brasileiros. O exemplo chinês não poderia ser descartado. O governo brasileiro, saído das eleições de 1945, dava mostras de que seu entendimento sobre democracia era bastante diferente do defendido pelos comunistas, sob a linha da “união nacional”.<sup>1</sup>

Assim, para transpor a estrutura econômica atrasada, semifeudal e semicolonial, mostrava-se necessário levar adiante a nova política do partido “visando à solução dos problemas da revolução agrária e antiimperialista, [...] pela instauração no país de um governo popular, democrático e progressista” (CARONE: 1982, p. 86) Esse era, mais uma vez, o

---

<sup>1</sup> A linha política de “União Nacional”, criada em 1943, estabelecia uma orientação moderada para os comunistas brasileiros. A luta parlamentar institucional, dentro dos parâmetros legais e constitucionais, definia o caminho das ações do PCB.

objetivo estratégico do PCB. Tal tarefa só poderia ser alcançada, segundo a direção do partido,

através da criação de um amplo e sólido bloco das forças democráticas e populares, bloco capaz de resistir à reação, de fazê-lo realmente parar e de conseguir em seguida golpeá-la em sua base econômica, no monopólio da terra, nos privilégios e concessões ao imperialismo, e imprimir uma nova direção democrática e progressista à atividade governamental (Idem).

Utilizando-se de uma estratégia revolucionária que remonta às teses do III Congresso, é que o PCB vai conclamar a população brasileira a uma nova frente popular de combate a tudo aquilo em que acreditava emperrar o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. Luiz Carlos Prestes, no *Manifesto de Agosto*, fazia um apelo à nação:

unamo-nos, todos, democratas e patriotas, acima de quaisquer diferenças de crenças religiosas, de pontos de vista políticos e filosóficos, homens e mulheres, jovens e velhos, operários e camponeses, intelectuais pobres, pequenos funcionários, comerciantes e industriais, soldados e marinheiros, oficiais das forças armadas, em ampla FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.<sup>2</sup>

Mais uma vez, os comunistas brasileiros eram convocados a cumprirem as *tarefas* do partido. Deviam demonstrar o seu caráter revolucionário levando as diretrizes partidárias à classe trabalhadora, agitando, propagandeando, criando ações de massas, lutando ao lado dos trabalhadores em suas reivindicações, etc.; na intenção de conquistar “as massas” para o novo programa do partido. Contra uma série de mazelas que assolava o país, tornava-se urgente a organização da Frente Democrática de Libertação Nacional. Para consolidar tal frente e concretizar a organização que deveria derrubar o governo traidor da pátria, propunha-se a formação do Exército Popular de Libertação Nacional. Tal exército mostrou-se ainda mais necessário a partir da deflagração da Guerra da Coreia, em junho de 1950.

Com a eclosão da guerra, a imprensa comunista passou a criticar, com firmeza, a “intervenção imperialista nos assuntos da Coreia” e a violência contra seu povo. Sob o título de “Tirem as mãos da Coreia”, o jornal *Democracia Popular* afirmava que “milhões de pessoas no mundo inteiro levantavam unanimemente e com energia da voz indignada para protestar contra a agressão dos imperialistas americanos e ingleses”.<sup>3</sup>

Os comunistas brasileiros reprovavam a guerra na Coreia, mas no sentido de considerarem-na uma guerra imperialista. Compartilhavam de ideias e ações que

<sup>2</sup> L Luiz Carlos Prestes – Manifesto de Agosto. Citado em *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950, pp. 1, 2 e 4.

<sup>3</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1950, p. 01.

reivindicavam a liberdade para o povo coreano. A ação soviética, naquele momento, era louvável, pois ajudava o povo coreano na defesa de sua liberdade contra os “trustes ianques”. Em 1950, Luiz Carlos Prestes, a mais importante personalidade do comunismo brasileiro, destacava que o povo devia lutar “pela paz, contra qualquer participação na criminosa intervenção guerreira de Truman na Coréia e na China”.<sup>4</sup> Dizia, ainda, o líder comunista:

Nada, mas absolutamente nada para a guerra imperialista! Nenhum soldado do Brasil para ajudar a agressão americana na Coréia. A luta dos povos asiáticos contra o imperialismo é parte integrante de nossa própria luta pela independência do Brasil do jugo imperialista. Que os norte-americanos saiam imediatamente da Coréia.<sup>5</sup>

Assim, diante das notícias de que o Brasil, convocado pela ONU, enviaria tropas para lutar naquela guerra, os comunistas distribuíaam panfletos, faziam pichações, lançavam manifestos, faziam passeatas e realizavam comícios “contra a agressão à Coréia”. O apoio da imprensa comunista era total às ações soviéticas na Coréia. Era preciso acabar com a guerra, em defesa da paz, mas, se houvesse um vencedor, que fosse o povo coreano apoiado pela União Soviética.

Desse modo, sob um contexto de tensão, tanto externo como interno, o PCB acreditou na possibilidade de transformar o país pela via armada revolucionária. Para isso, utilizou, de maneira significativa, a sua imprensa, procurando esclarecer à população brasileira a justeza e a necessidade da revolução. Todavia, na década de 1950, a inspiração viria de Mao Zedong e do caminho apontado pelos comunistas chineses.

## ***O partido e sua imprensa***

O primeiro órgão de imprensa do partido não fora criado por ele. A revista *Movimento Comunista*<sup>6</sup> foi criada, em janeiro de 1922, pelo Grupo Comunista do Rio de Janeiro. No entanto, o mensário passou a ser editado pela direção nacional do PCB como órgão do partido, após a sua fundação, em março de 1922. De acordo com Astrojildo Pereira,

<sup>4</sup> *Voz Operaria*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1950, p.04.

<sup>5</sup> *Voz Operaria*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1950, p.04.

<sup>6</sup> A revista, de formato pequeno e cerca de 30 páginas, foi publicada de janeiro de 1922 até o seu último número no dia 10 de junho de 1923, constando sua coleção total de 24 números, 13 datados em 1923 e 11, em 1924. A revista apresentava em suas páginas artigos destinados à luta ideológica – ainda havia um ferrenho debate com os anarquistas –, às questões teóricas do marxismo, à divulgação e à informação acerca do movimento comunista internacional e às questões que envolvessem as classes trabalhadoras brasileiras.

“foi a primeira publicação periódica declaradamente comunista que apareceu no Brasil” (PEREIRA: 1979, p. 81). Posteriormente, em fevereiro de 1925 – antecipando ao II Congresso do Partido Comunista do Brasil, que seria realizado entre os dias 16 e 18 de maio de 1925 –, reuniu-se uma conferência dos delegados de células e núcleos (frações sindicais), convocada pela Comissão Central Executiva, a fim de que fossem discutidas duas questões fundamentais, uma delas era “sobre a publicação de um jornal semanal de massas” (PEREIRA: 1979, p. 87). Dois meses depois, em 1º de maio de 1925, foi publicado o primeiro número do jornal *A Classe Operária*.

Importa ressaltar que criação e manutenção da imprensa comunista naquele período inicial de sua formação não era tarefa fácil, já que o partido fora posto na ilegalidade, em julho de 1922, poucos meses depois de sua fundação. Naquele período, a repressão era constante. Jornais eram empastelados, gráficas eram destruídas, militantes eram presos, o que prejudicava bastante a continuidade das publicações. Assim, ao mesmo tempo em que os obstáculos surgiam, o partido via a necessidade de criar um jornal que se tornasse o porta-voz dos trabalhadores. Uma imprensa destinada a atender aos anseios e reivindicações dos trabalhadores brasileiros e que, também, funcionasse como órgão de divulgação dos programas e teses do partido junto às classes trabalhadoras. A partir daquele momento, a preocupação da direção do PCB com a imprensa partidária se fez presente em todos os momentos de sua vida política.

Do início da década de 1920 até, pelo menos, meados da década de 1970, o Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>7</sup> editou e/ou fez circular, direta ou indiretamente – por intermédio de sindicatos, frentes populares, organizações e movimentos sociais – mais de oitenta e cinco publicações (SOUZA: 2005, p. 13). Tendo por base a relação de publicações apresentadas por Moisés Vinhas, o período compreendido entre 1946 e 1964 foi o de maior expressão para a imprensa comunista (VINHAS: 1982, p. 96). A partir da análise de sua relação, pode-se contabilizar sessenta e cinco publicações, das quais dez têm início em 1945, onze, em 1946 e treze, em 1948. Naquele período, procurando divulgar suas ideias e análises acerca do que se passava no Brasil e no Mundo, os comunistas brasileiros lançaram mão de diversos jornais. O objetivo era o de apresentar a sua interpretação dos acontecimentos, mostrando suas propostas

---

<sup>7</sup> Será utilizado o nome Partido Comunista do Brasil devido ao período compreendido pelo trabalho. Fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, Seção Brasileira da Internacional Comunista, e adotando a sigla PCB, somente em agosto de 1961 o Comitê Central do partido modifica os estatutos e sua denominação, passando, assim, a utilizar o nome Partido Comunista Brasileiro.

políticas para a sociedade e, com isso, no seu entender, apontar o melhor caminho a ser tomado pela população brasileira. Vale lembrar que, com isso, possibilitavam também a construção de interesses comuns. Identificando-se com os trabalhadores e falando em seu nome, procuraram criar uma comunidade de interesses entre eles e o partido, visando fazê-los crer que as propostas apresentadas pelos seus programas políticos eram as suas legítimas e verdadeiras bandeiras.

Desse modo, a partir da vitória do comunismo chinês, em outubro de 1949, a direção do PCB passou a divulgar inúmeros artigos acerca do pensamento maoísta e das transformações ocorridas na China após a revolução, demonstrando que o processo revolucionário verificado naquele país poderia ser realizado no Brasil. O exemplo chinês, a partir daquele momento, deveria servir de modelo para os comunistas brasileiros.

## *A China nos jornais*

Em inúmeros jornais da imprensa comunista, podiam-se encontrar ainda artigos de correspondentes, relatos e notícias de jornais chineses e, até mesmo, traduções de discursos de Mao Tse Tung. O periódico *Democracia Popular*, de primeiro de dezembro de 1950, publicou o seguinte artigo: “A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E O POVO CHINÊS”,<sup>8</sup> assinado por Tchu Teh, membro do Bureau Político do Partido Comunista da China. O artigo saudava a União Soviética pelo 33º aniversário da Revolução de Outubro de 1917 e dizia:

O povo chinês armado com a teoria de Marx e Lênin e sob a direção deste Partido, dirigido pelo camarada Mao Tse Tung, alcançou o seu triunfo histórico.

A Revolução Socialista de Outubro exerceu profunda influência sobre o povo chinês. Durante 33 anos, o povo da União Soviética manifestou sempre sua ajuda fraternal ao povo chinês. [...] O povo chinês está certo de que sem a ajuda da União Soviética e de outros Estados, sem a solidariedade internacional anti-imperialista, a revolução da China não teria podido alcançar a vitória, nem consolidar sua conquista.<sup>9</sup>

Por fim, o artigo concluía enfaticamente:

Viva a Grande Revolução Socialista de Outubro!

Viva o camarada Stalin, mestre dos povos do mundo!

Viva a grande solidariedade dos povos de todo o mundo em face do imperialismo!

Viva a indestrutível amizade e colaboração entre a China e a União Soviética!<sup>10</sup>

<sup>8</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1950, p. 04.

<sup>9</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1950, p. 04.

<sup>10</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1950, p. 04.

Em outro artigo, podia ser lido: “NA REPÚBLICA POPULAR CHINESA, MELHORIA DE VIDA DOS TRABALHADORES”.<sup>11</sup> O periódico apresentava as diversas melhorias ocorridas na vida dos trabalhadores chineses após a vitória do comunismo. De acordo com o artigo,

melhorou consideravelmente, em 1950, a situação dos operários da indústria. A lei sobre os sindicatos, publicada a 29 de junho de 1950, estabeleceu o estatuto legal dos sindicatos e determinou os direitos por que lutaram os chineses durante cerca de trinta anos, sob a direção do Partido Comunista. Os representantes dos operários desempenham atualmente o papel dirigente nos organismos locais de poder, e os operários das empresas estatais, por intermédio de seus sindicatos, participam da direção das fábricas e das empresas.<sup>12</sup>

Conforme afirmou a imprensa comunista, graças à mudança no regime de governo após a Revolução, “a produtividade de trabalho se elevou, a qualidade da produção apresentou melhorias e o preço dos produtos baixaram. [...] Os planos de produção de 1950 foram realizados antes do prazo. Os operários ferroviários terminaram seu plano de produção 21 dias antes do prazo e a maioria das fábricas têxteis do Estado cumpriram o seu com um mês de adiantamento”.<sup>13</sup> Os mineiros e os operários do transporte finalmente “se libertaram do espoliador sistema de exploração feudal”.<sup>14</sup> Durante todo o ano de 1950, “construiu-se um grande número de residências, de lojas, de clubes, de hospitais, de casas de repouso e de sanatórios para os operários, às custas do Estado. Devido a isso, aumentou consideravelmente o nível dos salários reais”.<sup>15</sup> No entanto, o principal motivo de orgulho para o governo chinês, segundo o artigo, era “a liquidação do analfabetismo entre os operários”. O ano de 1950 foi marcado pelo investimento “no repouso e na educação dos operários”. Foram criadas inúmeras “escolas especiais para a liquidação do analfabetismo, nas quais os operários estudam após o trabalho”.<sup>16</sup> Conforme ressaltou o periódico, os resultados estavam sendo ótimos. Assim, o artigo não deixava dúvidas de que a vitória do socialismo na China só fez beneficiar as classes trabalhadoras e a população de uma maneira geral.

---

<sup>11</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1950, p. 04.

<sup>12</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1950, p. 04.

<sup>13</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1950, p. 04.

<sup>14</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1950, p. 04.

<sup>15</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1950, p. 04.

<sup>16</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1950, p. 04.

O papel das mulheres também era ressaltado nos artigos sobre a China. Em letras garrafais, o jornal *Democracia Popular*, em 7 de abril de 1951, destacava: “AS MULHERES CHINESAS CONSTRUTORAS ATIVAS DA NOVA CHINA”.<sup>17</sup> O artigo era assinado por Tsai Chang, membro do Comitê Central do Partido comunista da China e Presidente da Federação Democrática das Mulheres da China. Uma mulher de destaque no processo revolucionário chinês, de acordo com o periódico. O artigo, mais uma vez, ressaltava a importância da vitória do comunismo em 1949. A fundação da República Popular da China, naquele ano, “libertou as mulheres chinesas, secularmente oprimidas pelo feudalismo e o imperialismo”.<sup>18</sup> De acordo com o artigo, até mesmo os hábitos culturais que cercavam as mulheres foram modificados com o advento da revolução. As mulheres não eram “mais aquelas mulheres de ontem, que raramente transpunham os umbrais de suas moradas e que raramente eram vistas em público”.<sup>19</sup> É preciso lembrar que o programa do *Manifesto de Agosto* também destacava alguns pontos em relação à questão da mulher. De acordo com os pontos seis e sete do programa, o PCB ressaltava o “direito de voto para todos os homens e mulheres maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros”, a “abolição de todas as desigualdades econômicas e jurídicas que ainda pesam sobre a mulher” e “salário igual para igual trabalho, para homens, mulheres e menores”.<sup>20</sup>

Em 1949, o governo chinês elaborou um documento chamado “Programa Comum”, adotado pela Conferência Político-Consultiva do Povo Chinês. O documento estabeleceu que

A República Popular Chinesa extinguiu o sistema feudal que mantém as mulheres na servidão. As mulheres gozarão de direitos iguais aos dos homens na vida política, econômica, cultural, educacional e social. Garante-se a liberdade de casamento tanto para os homens como para as mulheres. [...] A Lei da Reforma Agrária da República Popular chinesa, promulgada em 1950, também protege os interesses das mulheres. O artigo 11 dessa Lei estabelece o princípio de que a terra será distribuída de maneira equitativa, de acordo com o tamanho de cada família, garantindo, assim, que as mulheres possuam, da mesma forma que os homens, sua parcela de terra.<sup>21</sup>

E não esquecendo dos ensinamentos de Lênin, declarou:

<sup>17</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1951, p. 02.

<sup>18</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1951, p. 02.

<sup>19</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1951, p. 02.

<sup>20</sup> Luiz Carlos Prestes – Manifesto de Agosto. Citado em *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950, pp. 1, 2 e 4.

<sup>21</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1951, p. 02.



O grande Lênin ensinava: ‘Para que se possa conseguir a completa emancipação das mulheres e coloca-las realmente em pé de igualdade com os homens, torna-se essencial à economia socializada a participação das mulheres no trabalho produtivo da coletividade, só então poderão as mulheres ocupar a mesma posição dos homens’.

De acordo com os ensinamentos de Lênin, o Partido Comunista da China assinalou repetidas vezes que o elo vital da proteção dos interesses imediatos das mulheres era ter participação no trabalho e na produção.<sup>22</sup>

Foi assim que, segundo o artigo, o Comitê Central do PCC aboliu as restrições impostas às mulheres e permitiu que elas participassem de todas as formas de produção. Em 1950, então, mencionou o jornal, em todas as áreas que já haviam sido completadas a reforma agrária, “de 50 a 70 por cento das camponesas trabalhavam nos campos, isto é, realizam trabalhos que antigamente eram considerados exclusivamente masculino”.<sup>23</sup> Desse modo, concluiu Tsai Chang, as mulheres “têm contribuído com grande número de operários de vanguarda para a indústria e agricultura”.<sup>24</sup>

Sob o título de “GOVÊRNO QUE O POVO QUER – É Assim Que Se Refere ao Govêrno De Mao Tse Tung o Primeiro-Ministro Canadense”,<sup>25</sup> o jornal *Imprensa Popular* lançava a matéria de meia página. Segundo o periódico, o primeiro-ministro do Canadá, Sr. Louis Saint Laurant, havia declarado, em entrevista concedida à imprensa internacional, que “chegaria o momento em que deveríamos nos mostrar realistas e considerar que o govêrno da República Popular da China é o próprio govêrno que a China deseja”.<sup>26</sup> Logo depois, respondendo à pergunta de um repórter, o primeiro-ministro recordou que havia recolhido “essas informações de numerosas personalidade, inclusive sir Winston Churchill, Sr. Joseph Laniel e Sr. Nehru”.<sup>27</sup>

Outro artigo, em letras garrafais, anunciava: “ELEVA-SE O NÍVEL DE VIDA NA CHINA”.<sup>28</sup> Depois de iniciar o artigo exaltando a URSS – no ano em que comemoraria os quarenta anos da revolução de 1917 – e a revolução de 1949, o triunfo do socialismo naquele país e o grande desenvolvimento da economia, o artigo revelava que houve um “aumento de 27 por cento no salário real dos operários”, que a construção de residências foi

<sup>22</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1951, p. 02.

<sup>23</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1951, p. 02.

<sup>24</sup> *Democracia Popular*. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1951, p. 02.

<sup>25</sup> *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1954, p. 07.

<sup>26</sup> *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1954, p. 07.

<sup>27</sup> *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1954, p. 07.

<sup>28</sup> *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1957, p. 01.

“superior a 60 milhões de metros quadrados de superfície” e que, por fim, subia “consideravelmente a renda dos camponeses”.<sup>29</sup>

Com isso, a imprensa comunista mostrava aos leitores brasileiros que o socialismo chinês estava, cada vez mais, progredindo. As transformações ocorridas na China com o advento da revolução continuavam em ascensão e só faziam o país se desenvolver, a economia ficar mais forte e as classes trabalhadoras mais felizes. Os periódicos comunistas faziam sua parte. Diversos artigos eram publicados, exaltando o exemplo vitorioso do povo chinês, que cerrou fileiras em torno do Partido Comunista e concretizou a ampla frente de libertação nacional. Inúmeras personalidades eram estampadas nas páginas dos jornais e reproduzidas em alguns panfletos, destacando-se como exemplos a serem seguidos. Livros eram publicados, exaltando a trajetória dos revolucionários chineses, que, muitas vezes, saíram das aldeias camponesas e se destacaram na luta contra o imperialismo e pela libertação nacional.

Por outro lado, os jornais da grande imprensa apresentavam outras histórias sobre o processo revolucionário chinês e sua influência no Partido Comunista Brasileiro. A imprensa não comunista fazia referência às ações dos militantes do PCB no interior do país. Diversos artigos eram divulgados mostrando os “planos subversivos” dos “vermelhos” junto aos “incautos e sofridos” homens do campo. O jornal *Gazeta de Notícias*, em abril de 1950, lançou o seguinte artigo: “Aplicada, em Minas, pelos comunistas, a ‘reforma agrária’...”.<sup>30</sup> Segundo os relatos da imprensa, os comunistas

resolveram aplicar, em Canalópolis, localidade do Triângulo, a tese da ‘reforma agrária’ preconizada pelos arautos de Moscou.[...]

Existem, ali, várias fazendas de propriedade dos norte-americanos que ali estão radicados. Entre elas a do Sr. Charles Eric Young, é a de melhor situação, dada ao seu dinamismo de homem realizador.<sup>31</sup>

Depois de exaltar o empreendedorismo do referido cidadão norte-americano, o artigo descrevia as ações dos comunistas, dizendo que

agitando o problema junto aos agricultores os líderes comunistas levantaram a tese de ocupação da fazenda por elementos brasileiros, o que foi feito dias atrás.

Depois de manietarem o fazendeiro e ocupar, militarmente, com homens armados, todos os pontos da propriedade, foi feita, solenemente, a posse da ‘Triângulo’ a elementos brasileiros.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1957, p. 01.

<sup>30</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1950, p. 01.

<sup>31</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1950, p. 01.

<sup>32</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1950, p. 01.

Contudo, conforme enfatizou o periódico, graças à ação da polícia, “o êxito do programa comunista foi prejudicado, em parte”.<sup>33</sup> Em parte porque a polícia conseguiu prender os cabeças do movimento, mas

um comando comunista, no entanto, agiu rapidamente manietando a guarda e soltando os presos. Diante do escândalo, o Secretário de Justiça mandou que a polícia desse início a uma caçada geral no sentido de prender os perigosos elementos que, em pleno regime burguês capitalista, querem aplicar com o ‘pé no chão’ – como diria Prestes – uma tese revolucionária.<sup>34</sup>

Em Recife, o jornal *Diário do Povo* relatava a intensa atividade do partido naquela capital. Para a imprensa, Recife havia se tornado um “verdadeiro quartel-general comunista”.<sup>35</sup> De acordo com o artigo, foram vistos “proeminentes líderes vermelhos, entre os quais os ex-deputados Alcedo Coutinho e Gregório Bezerra. As paredes e muros locais estão pixados com dizeres de propaganda vermelha”.<sup>36</sup>

*O Globo*, em junho de 1951, publicou em manchete de primeira página, “ENSAIADA NO SUL DA BAHIA A TRAMA DAS QUADRILHAS COMUNISTAS A EXEMPLO DO QUE FOI FEITO NA CHINA”.<sup>37</sup> O artigo retratava as ações comunistas no interior do Brasil, principalmente na Bahia, afirmando que “a nova tática” do PCB era a tese de Mao Tse Tung: “o campo cerca a cidade”.<sup>38</sup>

Dessa maneira, é possível perceber que os comunistas, realmente, envidaram esforços para fazer a revolução sair do campo. As atividades do PCB nas áreas rurais do país foram maiores, sobretudo quando comparamos com períodos e linhas políticas anteriores. Para os jornais não comunistas, os “vermelhos” queriam apenas ludibriar os “incautos” e “sofridos” homens do campo, fazendo-os crer em suas propostas e os levarem a cumprir os seus “planos subversivos”. Como revelou o periódico *O Globo*, os comunistas não passavam de uma “quadrilha” – lembrar que o registro do partido fora cassado e seus militantes atuavam na clandestinidade – que procurava transpor para o Brasil a tese revolucionária chinesa. Em muitos artigos da grande imprensa, os que os comunistas faziam no Brasil era nada mais do que seguir as “ordens de Moscou”. Com isso, procuravam descaracterizar o movimento

<sup>33</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1950, p. 01.

<sup>34</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1950, p. 01.

<sup>35</sup> *Diário do Povo*. Rio de Janeiro, 7 de março de 1950, p. 01.

<sup>36</sup> *Diário do Povo*. Rio de Janeiro, 7 de março de 1950, p. 01.

<sup>37</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1951, p. 01.

<sup>38</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1951, p. 01.

revolucionário brasileiro e as próprias teses do PCB, demonstrando a fala de necessidade de ações como aquelas no país. Um dos objetivos era o de mostrar que o partido e os seus membros estavam a serviço de uma potência estrangeira: a União Soviética.

## *Considerações finais*

Os jornais comunistas, durante a experiência democrática (1946-1964), lançaram diversas notícias acerca do movimento revolucionário chinês. Todavia, é a partir de 1948 que a China passou a aparecer com mais frequência nos noticiários. Durante a linha do *Manifesto de Agosto*, os comunistas brasileiros passaram a ter como guia o modelo revolucionário chinês.

Por outro lado, o PCB procurou construir uma memória para os comunistas brasileiros: a de um partido ligado aos camponeses e aos trabalhadores rurais. Segundo Pierre Nora, memória coletiva “é a recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma coletividade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado” (Nora: 1990, p. 451). Dessa forma, a memória é um ato do presente, é um pensar do presente sobre o passado. Assim, de acordo com essa base teórica, a memória é construída historicamente.

De acordo com Nora e Le Goff, a memória de um grupo social está associada, é construção de sua identidade e é essa busca da identidade no passado que faz um determinado grupo social produzir sua memória. Dessa forma, a partir da vitória da Revolução Chinesa, a direção do PCB procurou estabelecer uma nova identidade para os comunistas brasileiros associada à luta dos revolucionários chineses. Assim como a China, o Brasil, de acordo com as análises e interpretações do partido, era um país “semicolonial”, “atrasado”, de “base rural”. Nesse sentido, não era somente justo, mas perfeitamente possível a luta armada para a derrubada do poder, tendo como modelo a tática do campo cercando as cidades.

Desse modo, é possível perceber a imprensa comunista como um “lugar de memória” (NORA: 1984), na medida em que, a partir, sobretudo, de 1949, a China e o seu processo revolucionário passaram a ter um lugar de destaque nos referidos órgãos comunistas. Os comunistas brasileiros passavam a construir uma nova memória para camaradas chineses.

A partir daquele momento, pode-se verificar que os jornais comunistas tiveram um papel de destaque no que concerne à divulgação do pensamento maoista e dos resultados da Revolução Chinesa em nosso país. Conforme os relatos de sua imprensa, a vida para os trabalhadores e para toda a população da China havia se tornado muito melhor. O horizonte apontado pelos chineses, um governo democrático e popular, passava, então, a inspirar os comunistas brasileiros na luta pela implementação das diretrizes do *Manifesto de Agosto* e a concretizar a tão esperada primeira etapa da “Revolução Brasileira”.

### **Referências bibliográficas**

- BACZKO, Bronislaw. “Stálin: a fabricação de um carisma”. In *Religião e Sociedade*. RJ, CER/ISER, 1983, vol. 9.
- \_\_\_\_\_. “Imaginação social”. In *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, vol. 5.
- BERSTEIN, Serge. “Os partidos” In RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.
- BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian. (Org.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Paz e Terra, 1996.
- CARONE, Edgar. *O P. C. B.* São Paulo, Difel, 1982, vol. 2.
- CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões. Os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/EdUFF, 1986.
- CLAUDIN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista. De la Komintern al Kominform*. Paris, Ruedo Ibérico, 1970.
- DELMAS, Claude. *Armamentos nucleares e Guerra Fria*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1979.
- FENELON, Dea R. *A Guerra Fria*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiro do mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. “Política: história, ciência, cultura etc.” In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 17, 1996.

- \_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/Iuperj, 1988.
- HERSEY, John. *Hiroshima*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LE GOFF, Jacques. “Memória”. IN: *Enciclopédia Einaud*. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. pp. 11-50.
- LE GOFF, Jacques e outros (Org.). *A nova história*. Coimbra: Almedina. 1990.
- \_\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.
- LEWIN, Moshe. “Para uma conceitualização do stalinismo”. In HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. Vol. 7, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- MALIA, Martin. *La Tragédie Soviétique: histoire du socialisme en Russie 1917-1991*. Paris, Éditions du Seuil, 1994.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, São Paulo, UNICAMP, 1998.
- NORA, Pierre. *Les lieux de la mémoire*. Paris, Gallimard, 1984. 3 vols.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégia da ilusão. A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo, Companhia da Letras, 1991.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros.” In REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.) *História do marxismo no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, vol. 1, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.) *História do marxismo no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, vol. 5, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In FAUSTO, Boris (org.). *HGCB. O Brasil Republicano - Sociedade Política (1930-1964)*, vol. III, São Paulo, Difel, 1983.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*.

Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Editorial Boitempo, 2001.

SANTOS, Raimundo. “Crise e pensamento moderno no PCB nos anos 50”. In REIS FILHO,

Daniel Aarão *et alli*. *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra,

1991.

SEGATTO, José Antônio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-*

*1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

ALVES DE SOUZA, Raimundo. *Os desconhecidos da história da imprensa comunista*. Rio

de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2005.